

SEMANÁRIO

ECCLÉSIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

Movimentos sociais e religiosos no mundo industrializado

Antônio Matos Ferreira // Doutor em História Contemporânea / Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa

O tempo mecânico e o disciplinamento humano alteraram profundamente o viver dos indivíduos e das coletividades, traduzido na lenta passagem da ruralidade (da relação do humano com a “natureza”) para o universo tecnológico. Se a lei foi veículo para estabelecer direitos e deveres na reformulação das vinculações sociais, a economia e a gestão – enquanto formas de conhecimento específicas – autolegitimaram-se para racionalizar e para estabelecer parâmetros éticos e morais (comportamentais) de um universo em profunda mutação, onde a globalização – expressão bem contemporânea – se refere à interdependência, à concorrência e à pressão constante em relação às condições de vida e aos meios necessários para a sobrevivência.

Há três séculos que as sociedades estão pressionadas pela aceleração de alterações profundas das vinculações sociais resultantes dos processos de sucessivas transferências de propriedade, aceleração dos ritmos de produção, competição feroz entre trabalho e as suas condições, enquanto fator de segurança, de integração e de sobrevivência, e o capital, em sentido amplo: isto é, a tradução social dos meios que corporizam as trocas pela produção e pela circulação de bens tornando o mercado um instrumento, mas também, em muitas circunstâncias, um fator “idolátrico” da consistência das sociedades, visando



frequentemente o esvaziamento efetivo da responsabilidade política, afinal a dimensão própria da capacidade das sociedades se organizarem.

Portanto, desenvolveram-se sociedades onde as vinculações se tornaram profundamente dependentes do trabalho, em torno do qual se evidencia de forma prática a percepção sobre a condição humana e o reconhecimento da dignidade desta. Salários e cotidiano foram atingidos por novas formas de vida individual e coletiva, onde a precarização criou desajustes profundos e tornou mais difícil a vida (o comer, o dormir, o vestir, o ir para o trabalho, o ter e o educar os filhos, o cuidar dos idosos, etc.), alterações acompanhadas por um desdobramento demográfico muito significativo, desde o aumento e a concentração da população em determinadas zonas, a escolarização e o aumento de expectativas sobre os modos de se viver.



Tudo isto foi pretexto e gerador de reivindicações e lutas por melhores condições de vida, mas também da sensação de que se desencadeou uma maneira efêmera de lidar com o quotidiano e com o sentido existencial, surgindo respostas reativas centradas, muitas vezes, numa otimização, mas, contraditoriamente, suscitando graus de desilusão, de incapacidade e desânimo, individual e coletivo. Ao determinismo otimista, em muitas ocasiões, sucede um outro de cariz decadentista e pessimista. Os movimentos sociais, no seu desenvolvimento, expressam este vaivém psicossocial.

Ao longo do século XIX, nas sociedades em processos de industrialização, surgiram movimentos

e organizações, de vários quadrantes, que procuraram reagir e contribuir para processos de reorganização social e ética. Com este propósito constituíram-se dinâmicas, muito distintas e concorrenciais, desde o associativismo ou o mutualismo até ao sindicalismo socioprofissional. E foi nesta realidade que se inscreveram os movimentos sociais cristãos, assim comumente designados, ligados a distintas correntes confessionais pretendendo responder aos problemas sociais, às carências das camadas mais pobres e desenraizadas e, conseqüentemente, cristianizar.

Em larga medida, estes movimentos, sem se poderem desligar completamente de outros processos anteriores, nomeadamente confraternais com

maior ou menor grau de secularização, assentam agora na problemática do indivíduo, da cidadania e do altruísmo visando finalidades de adesão religiosa, como se repetia no *slogan* “re Cristianizar a sociedade” identificado com uma determinada re-harmonização societária. Estes processos, que conduziram à criação de movimentos e novas formas religiosas, devem ser encarados como estando interligados, pois tratava-se de “fazer o bem”, de “agir corretamente” para um todo social. Aqui, no entanto, essa mesma confessionalidade encontra-se sempre concorrenciada entre si e entre sensibilidades distintas no campo ideológico e político, no confronto com o exterior e no que decorre no seio de cada uma dessas “famílias de pertença”, religiosas ou ideológicas.



É neste largo espectro de realizações de combate social que adquire relevo perceber-se o surgimento de experiências concretas de assistência e de planejamento, as quais muito lentamente foram modelando novas formas de existência e formulando novos patamares de entendimento da dignidade da pessoa, do trabalho e da responsabilidade de uns para com os outros.

O leque de concretizações de formas de movimentos católicos é vasto, desde as reconfigurações das confrarias até formas de mutualismo, valorizando o agir como determinante para a mudança das condições de vida das pessoas. Neste terreno não estão só presentes grupos de intervenção diretamente relacio-

Desenvolveram-se sociedades onde as vinculações se tornaram profundamente dependentes do trabalho, em torno do qual se evidencia de forma prática a percepção sobre a condição humana e o reconhecimento da dignidade desta.

nados com a ajuda aos carenciados ou setores marginalizados, no combate ao que em diferentes contextos era considerado como flagelo social, mas também novas formas de vida consagrada masculina e feminina, orientadas para uma dinâmica reparadora e de contemplação na ação. É o conjunto destas experiências, algumas vezes bem distintas nos seus procedimentos e em concorrência que ofereceram e mantêm socialmente um apoio que, no quadro da modernidade dos movimentos sociais, recolhe a marca do religioso e do espiritual. 🍀